

COLETIVO PSICANÁLISE NA PRAÇA ROOSEVELT: UM CONTEXTO DE PSICANÁLISE EXTRAMUROS

Coletivo de Psicanálise na Praça Roosevelt (Psychoanalysis Collective at Roosevelt Square): A Context of Psychoanalysis Outside the Walls

Colectivo Psicoanálisis en la Plaza Roosevelt: Un Contexto de Psicoanálisis Extramuros

Coletivo Psicanálise sur la Place Roosevelt : Un Contexte de Psychanalyse Hors des Murs

10.5020/23590777.rs.v22i2.e12117

Tiago Humberto Rodrigues Rocha

Psicólogo, Psicanalista. Doutor com dupla titulação, em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Université de Rennes 2 (França). Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Yan Lázaro Santos

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Psicanalista membro ativo da sociedade APOLa (Apertura para Otro Lacan).

Resumo

O Coletivo de Psicanálise na Praça Roosevelt foi fundado em 2017, com o intuito de oferecer atendimento psicanalítico gratuito semanal na Praça Roosevelt, na cidade de São Paulo. Além das sessões aos sábados, realizadas em praça pública, possui um processo de intervenções semanais, nas quais são discutidos aspectos tanto do próprio Coletivo quanto dos casos clínicos adotados pelo mesmo. A pesquisa tem como principal objetivo investigar o trabalho realizado na Praça em seus aspectos técnicos, transferenciais e políticos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros ativos e os resultados permearam sobre tópicos a respeito do espaço de atendimento, rotatividade, tempo, contrato, desmonetização, desejo do analista e apresentação de casos mais graves. A discussão foi organizada a partir do método de análise de conteúdo de Turato, estando organizada em três tópicos: (I) aspectos técnicos e transferenciais no *setting* na Praça Roosevelt; (II) a Psicanálise e o psicanalista no coletivo; (III) a Psicanálise na praça e seus aspectos políticos. Conclui-se que o modelo de clínica aberta em espaço público é potente e sua reprodução deve se embasar na política do não-saber e na transferência, representando a psicanálise em suas potencialidades clínicas, além de potencializar seu caráter político subversivo.

Palavras-chave: psicanálise; transferência; psicanálise e política; psicanálise extramuros.

Abstract

The Coletivo de Psicanálise na Praça Roosevelt Project was founded in 2017 to offer free weekly psychoanalytic care at Roosevelt Square in the city of São Paulo. In addition to the sessions on Saturdays, held in a public square, it has a process of weekly interventions, in which aspects of the Coletivo itself and the clinical cases adopted by it are discussed. The main objective of the research is to investigate the work carried out in the square in its technical, transferential, and political aspects. Semi-structured interviews were carried out with active members, and the results permeated on topics regarding the service space, turnover, time, contract, demonetization, analyst's desire, and presentation of more crucial cases. The discussion was organized from the Turato content analysis method, being organized into three topics I) technical and transferential aspects in the setting at Roosevelt Square; (II) Psychoanalysis and the psychoanalyst in the collective; (III) Psychoanalysis in the square and its political aspects. It is concluded that the open clinic model in public space is powerful, and its reproduction must be based on the policy of not knowing and on transference, representing psychoanalysis in its clinical potential besides enhancing its subversive political character.

Keywords: *psychoanalysis; transfer; psychoanalysis and politics; extramural psychoanalysis.*

Resumén

El colectivo de Psicoanálisis en la Plaza Roosevelt fue creado en 2017, con la intención de ofrecer atendimento psicoanalítico gratuito semanal en la plaza Roosevelt, en la ciudad de São Paulo. Además de las sesiones a los sábados, realizadas en plaza pública, posee un proceso de intervenciones semanales, en las cuales son discutidos aspectos tanto del propio Colectivo cuanto de los casos clínicos adoptados por el mismo. La investigación tiene el objetivo principal de investigar el trabajo realizado en la Plaza en sus aspectos técnicos, transferenciales y políticos. Fueron realizadas entrevistas semiestructuradas con miembros activos y los resultados permearon sobre tópicos con relación al espacio de atendimento, movimiento, tiempo, contrato, desmonetización, deseo del analista y presentación de casos más graves. La discusión fue organizada a partir del método de análisis de contenido de Turato, estando organizada en tres tópicos: (I) aspectos técnicos y transferenciales en el setting en la Plaza Roosevelt; (II) el Psicoanálisis y el psicoanalista en el colectivo; (III) el Psicoanálisis en la plaza y sus aspectos políticos. Se concluye que el modelo de clínica abierta en espacios públicos es potente y su reproducción debe basarse en la política del no-saber y en la transferencia, representando el psicoanálisis en sus potencialidades clínicas, además de potencializar su carácter político subversivo.

Palabras clave: *psicoanálisis; transferencia; psicoanálisis y política; psicoanálisis extramuros.*

Resumé

Le Coletivo de Psicanálise sur la place Roosevelt a été fondé en 2017, dans le but d'offrir des soins psychanalytiques hebdomadaires gratuits sur la place Roosevelt, dans la ville de São Paulo. En plus des séances du samedi, tenues sur une place publique, il a un processus d'interventions hebdomadaires, dans lesquelles sont discutés à la fois les aspects du collectif lui-même et les cas cliniques adoptés par celui-ci. L'objectif principal de la recherche est d'étudier le travail réalisé sur la place dans ses aspects techniques, transférentiels et politiques. Des entretiens semi-structurés ont été réalisés avec des membres actifs et les résultats ont exposé des sujets concernant l'espace de service, le renouvellement, le temps, le contrat, la démonétisation, le désir des analystes et la présentation de cas plus graves. La discussion a été organisée à partir de la méthode d'analyse du contenu de Turato, et disposée en trois topiques : (I) des aspects techniques et transférentiels dans le setting situé sur la place Roosevelt ; (II) psychanalyse et psychanalyste dans le collectif ; (III) la psychanalyse sur la place et ses aspects politiques. Il est conclu que le modèle de clinique ouverte dans l'espace public est puissant et que sa reproduction doit être basée sur la politique du non-savoir et sur le transfert, représentant la psychanalyse dans ses potentialités cliniques, en plus de renforcer son caractère politique subversif.

Mots-clés : *psychanalyse ; transfert ; psychanalyse et politique ; psychanalyse hors des murs.*

O presente trabalho surge como desdobramento de uma pesquisa realizada no ano de 2018, ainda aguardando avaliação editorial para publicação, em que procuramos investigar o manejo transferencial por analistas que realizam atendimentos na modalidade on-line. No presente artigo manteve-se como eixo principal aspectos referentes à transferência e seu manejo, no intuito de investigar as vicissitudes do processo analítico em diferentes contextos. Assim, serão discutidos aspectos técnicos, transferenciais e políticos da atuação do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.

O Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt

O Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt (Coletivo Roosevelt) data de 2017, quando surgiu com o intuito de oferecer atendimento psicanalítico gratuito aos sábados, entre 11 e 15 horas, em uma praça pública movimentada e boêmia da cidade de São Paulo, a Praça Roosevelt. Sua atividade se dá, também, por outra via: às terças há uma intervenção¹ clínica; processo marcado pela ausência de supervisor no qual se reserva um espaço para discussões referentes ao coletivo e aos atendimentos clínicos e questões transferenciais.

1 A intervenção ocorre semanalmente nas terças-feiras e é o espaço no qual se debatem os casos e aspectos técnicos referentes à atuação na Praça e ao próprio funcionamento do Coletivo. Não se classifica como espaço de supervisão por prescindir de um supervisor e de uma hierarquização dos saberes. O que há é um debate no qual o posicionamento de todos os membros é considerado.

É atualmente composto por 17 analistas e caracteriza uma terceira iniciativa de psicanálise gratuita na cidade de São Paulo. Seus predecessores são a Clínica Pública de Psicanálise (que localiza sua atividade na Vila Itororó) e a Clínica Aberta de Psicanálise (cuja atividade se dá na Casa do Povo) (Marino & Coaracy, 2019). Cada uma das clínicas oferece experiências bastante singulares devido aos seus contos, apostas clínicas e territórios. Têm em comum, principalmente, a retirada do pagamento em dinheiro – considerado, muitas vezes, pré-condição à clínica do inconsciente. Não obstante, não poderíamos destacar suficientemente que o dispositivo apresentado nesta pesquisa não se confunde, em sua fundamentação técnica, com os seus predecessores, possuindo noções próprias de funcionamento e, principalmente, de manejo teórico.

Já para destacar o efeito de sua particularização, Coaracy (2017) – um dos membros fundadores – destaca, como aspecto de formações em “coletivo”, sua particularidade frente a um grupo ou a uma massa e apresenta-se como um espaço não apenas de atendimento, mas de formação e discussão com a prerrogativa de que saber discutir clínica deve ter a colocação do não-saber como espaço comum. Entendemos que por “coletivo”, então, trata-se não de um grupo que atua sob um mesmo ideal como espaço comum, a partir da ideia de uma clínica ampliada para além do consultório de psicanálise, mas sim da abertura à singularização da atividade e de cada indivíduo que o compõe a partir de um processo de construção pela via do não-saber. Para mais, serão discutidos e pormenorizados durante o trabalho outros aspectos técnicos e sociais do Coletivo Roosevelt.

Da Sugestão à Transferência: Uma Questão Técnica e Política

Até fins dos anos 1890, também conhecido como período pré-psicanalítico, era patente a presença da hipnose em alguns títulos da obra freudiana. Ainda em 1888, Freud escreveu um prefácio para uma obra de Bernheim sob o título *De La Suggestion* (Sobre a sugestão); em 1889, *Resenha do Hipnotismo*; em 1891, *Hipnose*. Dar-se-á, para os fins deste trabalho, um breve destaque à sugestão, um aparato recorrente e central na corrente teórica do hipnotismo, que influencia diretamente a foz do pensamento freudiano acerca das psicoterapias. Aguiar (2016) define o profundo envolvimento demonstrado por Freud à escola de Charcot (centralizada nos métodos sugestivo-hipnóticos), já como um primeiro ato *subversivo*, crucial à construção do pensamento psicanalítico. Não obstante, o termo *sugestão* perpassa por uma série de alterações até ser reformulado por Freud (1905/1996b), em um tipo de permissividade por parte da figura do paciente às ordens (sugestões) diretas do médico.

Mas como operava, realmente, a sugestão no meio terapêutico em que se inserira Freud? Em um primeiro momento hipnotizava-se a fim de ordenar que certo sintoma surgisse ou desaparecesse, provando – irremediavelmente – a existência de algum poder de domínio do psíquico sobre o fisiológico. Para a psicanálise esse período foi fundamental, principalmente, ao reconhecimento citado acima e à gênese de uma futura topografia do aparelho psíquico.

Contudo, não pôde durar muito. Junto de Breuer – como descrito em casos canônicos, como o de Ana O. e o de Emmy Von N. – realiza uma primeira “inversão dialética” – definida por Lacan como uma suspensão de certa estrutura sob a qual repousa uma noção de verdade (Lacan, 1998) – de sua escrita, atuação e teoria: coloca o poder da sugestão em questão e experimenta o *método catártico*. Tal método consiste de um outro uso da hipnose, no qual sugestionava-se (ordena-se, ainda em posição de mestria) que o paciente se lembre de alguma memória traumática responsável pelo sintoma (Checchia, 2012). Nota-se aí a fundação da “cura pela fala” – atravessada, não obstante, pela própria sugestão hipnótica.

Durante essa primeira inversão, para Checchia (2012), havia três retificações subversivas em questão: ética, questionando o *aspecto político* da relação soberana médico-paciente; de *resistência*, visto terem notado que o paciente resiste à hipnose, tenta manter sua liberdade; e *intelectual*, não viam a verdade sobre a neurose na teoria e experiência da sugestão.

Uma vez colocadas tais questões, podemos vir finalmente a discutir o surgimento da *transferência* tal como a conhecemos hoje, com o advento da segunda inversão dialética na qual é abandonada por completo o uso de qualquer técnica hipnótica. Apesar de muito ser dito que a psicanálise surge no texto *A Interpretação dos Sonhos* – devido à prática interpretativa e ao achado de outra forma, que não a hipnose, de se atingir o inconsciente – é impossível discutir a técnica psicanalítica em seu potencial subversivo sem centralizar a própria transferência. Igualmente impossível é encontrar um único texto em que ela é identificada e definida, uma vez que seu caráter principal é se materializar como prática discursiva.

A Transferência: De Freud à Lacan

A associação livre e a transferência são, então, o que vem em socorro à hipnose e à sugestão, a fim de dar ao tratamento psicológico de sua época um outro *status*, condizente à psicanálise objetivada por Freud. Assim, torna-se central como figura do *setting* psicanalítico, definido como conjunto, ou soma, de todos os procedimentos que organizam, dão norte e possibilitam o desenvolvimento do processo analítico (Zimerman, 2006) – das condições concretas como o espaço físico, o uso do divã, até as mais abstratas como aspectos de contrato, frequência e valor de sessões.

Inicialmente, a transferência faz alusão aos aspectos de resistência cujo objetivo seria evitar o acesso aos traumas sexuais recalçados da infância. Já no caso Dora (Freud, 1893-1895/1996a), aparece sob influência do método catártico – a

cura pela fala. Deixa de ser uma resistência a ser evitada – vencida pela sugestão – e se torna, no caso do *Homem dos Ratos*, o caminho penoso que precisa, necessariamente, ser tomado (Freud, 1909/1996c).

Em *Sobre a Psicoterapia*, Freud constrói uma interessante metáfora para diferenciar o método sugestivo do seu método psicanalítico (transferencial). Descreve-as a partir das fórmulas de Leonardo da Vinci e dois de seus trabalhos artísticos, a pintura e a escultura: *Per via de porre e per via di levare*. O pintor, assim como no método sugestivo, trabalharia *per via di porre*, uma vez que coloca sobre a tela o material que dá origem à obra desejada. Já o escultor, relacionado ao psicanalista, trabalharia *per via di levare*, pois deve retirar do interior da pedra a superfície que dá forma à escultura! Finaliza a metáfora afirmando que há uma relação clara dentre o trabalho com a sugestão e o trabalho com o manejo transferencial: são antíteses e as mais opostas possíveis (Freud, 1905/1996b).

É em 1912 que a transferência é definida como uma série de reedições (note aqui características de repetição) de antigos conflitos edípicos (agora, note que a repetição se dá em uma busca de algo supostamente perdido nas relações edípicas) e que deve ser recebido pelo analista (Freud, 1912/1996d; 1917/1996f). É, portanto, no espaço da repetição de antigos mecanismos e esquemas que há muito apreendidos pelo analisando utilizados pelo analista para realizar sua atuação escavatória; *per via di levare*. Passemos agora à análise de por qual via Lacan irá nos guiar.

Em Lacan, a discussão acerca da transferência demanda, necessariamente, a compreensão dos termos *sujeito-suposto-saber* e *desejo-do-analista*. Quanto ao conceito de sujeito suposto saber (SSS), ocupa duas funções no pensamento analítico: (1) faz referência ao “sujeito da ciência” que, segundo Lacan, torna imperativa a necessidade de se criar um sujeito dividido, cindido de um saber pleno – aqui sobre si mesmo. Para o desenvolvimento deste artigo é crucial determinar no sujeito dividido potentes referências a um grande Outro – conceito lacaniano que se refere a uma instituição conceitual que oferece injunção sobre a execução e, até mesmo, a própria escrita de seu desejo; (2) assim, ao articular o SSS com a atividade do psicanalista, destaca-se que o seu papel não é, de forma alguma, apresentar um conhecimento que não possui – visto a definição de inconsciente como um saber que não se sabe (Lacan, 2006).

Caberia ao analista, como destacado por Eidelsztein (2018), manter-se na posição de SSS sob o paradoxo – e objetivo – de que essa é exatamente a posição que se deve excluir. “O analista deve ocupar o lugar do ‘Sujeito Suposto Saber’, mas com o paradoxo de que é o lugar que a psicanálise mostra excluído.” (tradução nossa, Eidelsztein, 2018, p. 16).

Quanto ao *desejo do analista*, Lacan (2008) o localiza como um *desejo advertido* e orientado a partir do qual o psicanalista tem de lidar com a sua alocação no lugar de SSS. Só pode, segundo essa via de raciocínio, se dar pela via da impotência. A impotência de responder ao analisando, de suturar, de qualquer forma, qualquer castração por um saber localizável na pessoa do analista. Daí a importância quanto à localização do desejo do próprio analista: não se deve sustentá-lo pela via da impossibilidade, não deve desejar responder ao lugar de sujeito que sabe, capaz de responder ao analisando sobre seu não-saber (constitutivo do inconsciente) senão como a realização de um certo papel: o papel do objeto causa do desejo.

Através de tal estrutura é possível destacar o potencial subversivo da psicanálise no que lhe concerne como técnica clínica, visto que não oferece prescrições/respostas, mas sim um processo implicado no qual se analisa em conjunto o que é posto pelo analisando. Dado que articularemos tais pressupostos teóricos aos fazeres relativos ao Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, destaca-se que a participação da política na constituição do desejo do analista não é algo inédito e pode ser explicitado na criação das Clínicas Públicas na Viena Vermelha (Danto, 2019). Tal reflexão em torno de tais aspectos políticos será melhor apresentada ao logo da discussão dos resultados.

Método

O presente artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso referente ao bacharelado em psicologia vinculado ao primeiro autor, sob orientação do segundo. Trata-se de uma pesquisa básica de natureza qualitativa e exploratória que utilizou de entrevistas semiestruturadas com duração média de 60 minutos. Ademais, todos os participantes desta pesquisa são membros atualmente ativos do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt que foram convidados por vias informais e aceitaram, após leitura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fazer parte da amostra. Foram entrevistados seis de seus 17 membros sem que se adotasse qualquer outro critério de seleção, senão ser atualmente membro ativo do Coletivo. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de supracitado questionário por via on-line. Foram utilizados aplicativos eletrônicos para a realização das entrevistas, tais como o *Skype* e o *Whatsapp video-chat*, e tomadas medidas para proteger a privacidade e o sigilo, segundo descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram designados, em acordo com os cuidados supracitados, as terminologias P1 a P6 no intuito de ocultar os nomes dos entrevistados.

O método de análise de dados utilizado foi a análise de conteúdo. Turato (2008) descreve a análise de conteúdo como possuindo fases distintas; o início desta é marcado pela “preparação inicial do material”, que consiste na transcrição do mesmo. Após essa primeira etapa, a fase de “pré-análise” é marcada por leituras executadas repetidamente.

A categorização ocorreu a partir de dois critérios: repetição ou relevância. A repetição compreende pontos que se destacam pela frequência, enquanto a relevância diz respeito a um aspecto que, para o pesquisador, é importante pela amplitude de explorações qualitativas que se possam fazer. Destaca-se, ainda, que tais explorações calcadas em relevância, assim como todo o abarco teórico realizado, serão tomadas pela abordagem da Psicanálise de Freud e Lacan. Para nós, a psicanálise se destaca como uma avançada possibilidade de discussão, uma vez que considera o discurso a partir do que emerge na entrelinha do discurso, na repetição e nos eventuais equívocos da fala.

Resultados

Durante a coleta dos dados, foram também postas questões a respeito da estrutura de funcionamento dos atendimentos psicanalíticos na Praça e do próprio Coletivo Roosevelt, além, é claro, de aspectos concernentes às práticas de atendimento. A pré-análise dos dados, tal como observada por Turato (2008) – que compreendeu a leitura exaustiva e repetitiva das entrevistas –, permitiu que fossem elencados seis aspectos que refletiam questões peculiares ao trabalho do Coletivo, tais como: espaço de atendimento, rotatividade, manejo temporal, contrato analítico, a desmonetização e os casos graves.

Espaço de atendimento. Os atendimentos ocorrem em coloridas cadeiras de praia que combinam com o aspecto plural e vivificado da Praça Roosevelt. Há também um caderno no qual são anotados os nomes dos analisandos por ordem de chegada. Anota-se, ao lado, o nome do analista que realizou o atendimento. Sempre há ao menos um analista na base, responsável pelo caderno.

A rotatividade. Esta é, talvez, a característica que mais chama atenção nos *settings* abertos de psicanálise. No contexto de São Paulo, surgiu na Clínica Aberta de Psicanálise (Casa do Povo) e se trata de uma particularidade de *setting* no qual o mesmo analisando pode passar, a cada sessão, com um analista diferente do Coletivo, “estabelecendo um laço transferencial com o grupo, o corpo de analistas” (*sic*, P4). Assim, uma mesma pessoa vai em uma semana falar com um analista, na semana seguinte com outro, depois com outro etc. Algo que se apresenta, segundo P4, como “uma novidade radical” (*sic*). Ele ainda destaca um modelo outro de rotatividade no qual o analisando pode aderir à mesma ou não; pode continuar a ser atendido por uma pluralidade de analista, ou escolher um ou dois para seguir seu caso. Tal fato incide diretamente na transferência que, na estratégia de rotatividade obrigatória, se caracterizava como uma transferência ao grupo. Mais a frente são melhor relatados e discutidos os efeitos e manejos transferenciais referentes a essa atuação.

Manejo temporal. O Coletivo se destaca em estilo, também, pelo seu manejo temporal. Não há prerrogativa qualquer ao atendimento: não se espera de cada analista um certo número de sessões por sábado ou que fique com cada analisando um determinado tempo cronológico registrado em minutos. Seguindo o conceito de tempo lógico, estabelecido por Lacan, respeita-se não o relógio, os tradicionais 50 minutos ou uma fila de espera, não se prioriza certa demanda (Coaracy, 2017). O tempo levado em conta é o tempo da relação significativa, tal como será discutido mais à frente.

Contrato analítico. Ao se falar de contrato analítico, fala-se, comumente, da etapa de entrevista na qual são acordadas algumas condições para o processo (Zimmerman, 2006). Quando questionados sobre como funcionava o contrato analítico para o Coletivo, seguiram-se as seguintes respostas: “Não, não tem. Não que o contrato garanta o retorno. Mas na praça a gente aposta no desejo dela (da pessoa) de falar” (P5) e ainda que “*ai talvez (quando se opta por um analista) eu diria que existe um contrato, às vezes fica com o analista porque o analista que foi o escolhido pelo sujeito*” (P6). Assim, quanto ao contrato, nota-se uma certa pluralidade de percepções. Há aqueles que negam a existência de qualquer contrato possível, mas também falas, como as colocadas acima, que particularizam os contratos.

A desmonetização. Outro aspecto bastante marcante e discutido do Coletivo – característico também de Itororó e da Casa do Povo – é a completa desmonetização, a ausência de pagamento financeiro. Durante as entrevistas o tema surge vinculado a dois tópicos; o desejo do analista e os impasses ao *setting*.

Esse é um trabalho que ninguém se queixa por fazer de graça, ninguém sai com a alma, consciência burguesa, massageada porque fez um trabalho de doação na praça. A gente sabe que o que a gente ganha e perde é desejo! E ficamos por entusiasmo, o melhor pagamento. (...) Obviamente a praça vai fundar um desejo do analista inédito. (P4)

Durante as entrevistas, o significativo *dinheiro* apareceu correlacionado ao desejo do analista. Para P4 e P6 o desejo do analista faz referência ao que o move perante a posição de sujeito-analista e possui características únicas quando na praça. Ainda, é particular a cada analista e representa aspectos de individualidade, o que faz com que cada um se proponha ao trabalho da análise. Ademais, a questão da desmonetização é apresentada também pelo raciocínio da necessidade de pagamento na construção do *setting* em psicanálise.

A falta do dinheiro como um recurso de troca libidinal. Esse é um falso impasse. Parece um impasse, mas quando a gente começa a contornar essa questão a gente costuma perceber que a não mediação do dinheiro também torna possível que aquela pessoa fale, e isso não quer dizer que ela não está perdendo algo ali, de alguma forma pagando para falar, não é. Por que falar é perder também, perda de gozo, né. (P5)

P5 posiciona que se o necessário é a realização de um pagamento, a perda não precisa ser em dinheiro. Coloca a fala analítica como um processo de perda vinculado a caracteres profundamente subjetivos e individuais, por exemplo, a segurança perante certos posicionamentos, também individuais e subjetivos, que podem ser colocados em xeque no espaço analítico. Além disso, abre espaço para reflexões a respeito de outros modos de perda: como o tempo a ser disposto aos sábados, que para alguns é um dia de descanso e, para outros, até mesmo mais um dia de trabalho.

Os casos graves. Como não poderia faltar, há também a presença dos *casos graves*, tal como nomeado nas entrevistas. Trata-se de casos que apresentam riscos de passagem ao ato (como tentativas de suicídio) e casos de psicose ou outra condição mais agravada. P4 descreve dois riscos clínicos principais para tais demandas: a limitação de um atendimento por semana e a ausência de atendimento em rede, como se vê no modelo multiprofissional de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), por exemplo. Para a questão dos encontros semanais a contramedida apresentada é abrir um espaço no consultório para receber tais pacientes, estendendo, é claro, o aspecto de gratuidade e mantendo um encontro aos sábados.

Quanto à ausência de rede, destacaram-se nas entrevistas falas a respeito dos casos de psicose e a existência de uma pulverização do que é conhecido como *transferência persecutória*. Trata-se de uma forma de transferência de cunho psicótico no qual o sujeito, em sua tentativa delirante de estabelecer um lugar ao Outro, enxerga o outro (pessoa do analista) como um Outro consistente, persecutório. Como resultado, o analista se torna uma figura ameaçadora, onipotente, preenchendo um local de perseguidor (Fink, 2007).

É muito interessante como os casos de psicose, ou limítrofes, são os que mais fixam, que se dão muito bem com a rotatividade. A nossa hipótese é que pulveriza a persecutoriedade. Não fica um analista no lugar de... não tem poder o suficiente para se tornar um objeto persecutório, entendeu? (P1)

Analisando psicóticos e limítrofes tendiam a se manter em contato com o Coletivo e preferirem a rotatividade. Visto isso, conjectura-se que o fenômeno da transferência persecutória é aliviado, visto a divisão da figura do SSS (o Outro que supostamente sabe dele) em várias figuras, ou ainda, se a transferência deixa de ser endereçada a um analista e passa a ser endereçada ao que possa ocupar um determinado lugar, levando à reflexão sobre o SSS não se tratar de uma posição de saber, mas sim de algo que venha a ocupar uma posição.

Discussão

Eixos de Discussão

Após a pré-análise das entrevistas, foram montadas categorias utilizando-se a análise de conteúdo de Turato (2008), respeitando os critérios de repetição e relevância. Conjuntamente, a leitura psicanalítica dos pesquisadores sobre as falas dos entrevistados, possibilitou um melhor ajuste para a montagem das confecções. De tal sorte, as categorias foram designadas do seguinte modo: 1) Aspectos técnicos e transferenciais do *setting* na Praça Roosevelt; 2) A psicanálise e o psicanalista no Coletivo; 3) A aposta política do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.

Aspectos técnicos e transferenciais do *setting* na Praça Roosevelt.

Nesta categoria são discutidos os aspectos técnicos relativos aos atendimentos na Praça, tais como a rotatividade e a desmonetização do atendimento.

Assim talvez se possa dizer que a teoria da psicanálise é uma tentativa de explicar dois fatos surpreendentes e inesperados que se observam sempre que se tenta remontar os sintomas de um neurótico a suas fontes no passado: a transferência e a resistência. Qualquer linha de investigação que reconheça esses dois fatos e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem o direito de chamar-se psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus. (Freud, 1914/1996e, p. 11)

Cabe citar que tal texto é produzido durante o *ciclo da técnica freudiano*, devido, segundo Lacan (1996), ao surgimento de um Freud preocupado com os desdobramentos e distorções às quais a psicanálise se tornou sujeita em seu momento de popularização. “A interpretação, o corte da sessão (escansão), a passagem ao divã, o pagamento ou mesmo as modalizações da voz, elementos que dão uma direção à sessão e ao tratamento (pertencendo, assim, ao campo da tática), devem estar subordinados à estratégia transferencial” (Checchia, 2012, p. 165).

Checchia (2012) apresenta o papel da transferência através de uma comparação interessante entre a obra de Lacan e de Clausewitz². Curiosamente, o autor conota as técnicas psicanalíticas – tais como a interpretação – “táticas”, que devem se desenvolver subordinadas ao que é trazido pelo analisando, as “estratégias” – a transferência no processo analítico. Assim, o desenvolvimento adequado de táticas é precedido pela compreensão da estratégia, aspecto gerado e apresentado pelas características do meio. Logo, manter-se-á como fio central à discussão do *setting* de atendimento na praça, os aspectos referentes à transferência, tal como personagem central do fazer psicanalítico.

A construção da técnica no Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt – rotatividade e transferência.

A construção da técnica no Coletivo se dá por um processo de construção identitária, ou de particularização.

Durante as entrevistas, P1 pontua acerca do processo de particularização do modelo técnico de atendimento na praça ao compará-lo com seus predecessores: a Clínica Aberta de Psicanálise e a Clínica Pública de Psicanálise. Destacou-se que o elemento técnico que mais os singulariza trata do desenvolvimento de um modelo próprio de rotatividade. Ao passo que os dois modelos anteriores priorizam uma rotatividade na qual todos os analisandos mudam, necessariamente, de analista toda semana, o Coletivo possibilita que seus analisados optem ou não pela rotatividade. Ainda, há a possibilidade de o analisando optar por ter analistas fixos, na eventualidade de que algum deles esteja impedido, por qualquer motivo (fila de espera, não ter comparecido por imprevisto etc.), um outro, previamente escolhido pelo analisando, poderá assumir a função. O que se destaca aqui é a possibilidade da escolha, a priorização da opção realizada pelo próprio analisando.

É necessário sublinhar que, apesar de ao longo do período inicial da prática na Praça ter sido aplicado o *setting*, a noção de transferência se sustenta em seu caráter grupal, não com o analista, cuja radical necessidade de rotatividade entre os analistas era fundamental – como defendido por Ab’Sáber (2019), um de seus idealizadores, ao afirmar que não se pode ignorar o movimento de particularização realizado pelo Coletivo. Porém, já no caso do Coletivo, Marino e Coaracy (2019) em contrapartida, destaca que tais movimentos resultaram em um fenômeno transferencial específico à Praça, dirigido a um analista, mesmo que em um primeiro tempo ocorra com o Coletivo. Destaca-se aqui, também, tal qual notamos na fala de P4 – que será abertamente debatida na discussão – que é comum aos analistas do Coletivo pedirem – sem ordenar, impor como condição – que o analisante opte por um analista, privilegiando a transferência fora do modelo grupal.

Ao longo do período inicial dos analistas na Praça, contudo, foi aplicado o *setting* – inclusive a rotatividade radical – da Casa do Povo. Destaca-se que, ao ser adotada, estabelece uma transferência baseada em teorias grupais, constituindo-se como uma “relação com o coletivo, não com o analista”³ (Ab’Sáber, 2019, p. 83).

Porque a transferência mesmo quando é comigo, pode ser sustentada por um colega meu! (...) O que a gente começou a perceber? Dependendo de quem atende a pessoa, troca o assunto que está em questão! (...) Tem paciente que faz uma escolha por três analistas. (...). (P1)

Não falta de bibliografia na psicanálise para falar de transferência com vários, com grupo (...) com a própria instituição. (...) A pessoa que vem frequentando a Praça pode escolher quem, e o próprio analista pode precipitar essa escolha, mas sem obrigar. (P4)

É possível observar, nas falas de P1 e P4 a existência marcante de três características observáveis à transferência na praça; (1) a transferência institucional/grupal, realizada com o Coletivo de forma grupal e representada principalmente em casos que estejam dentro da rotatividade; (2) a transferência individual, realizada com certo analista e representada principalmente nos casos em que o analisando tenha escolhido sair da rotatividade; (3) e, finalmente, uma inerente

2 Autor citado por Lacan ao aludir às metáforas de guerra e política a uma política-do-não-ser. Para o autor, a tática faz referência a como mover suas tropas e recursos com o objetivo de vencer uma batalha, já a estratégia é algo que se subjaz e antecede à tática como a articulação geral das batalhas a fim de se obter certo resultado na Guerra. Observa-se daí que a tática não adquire qualquer valor desvinculado da estratégia, visto que seu desmembramento lhe conferiria, ao homem e ao combate, aspectos profundamente primitivos, exclusivos à relação, ao pensamento e à política.

3 Fala de Tales Ab’Sáber em entrevista no início do Coletivo Roosevelt. Nessa época seu modo de rotatividade ainda era igual à da Casa do Povo, vindo a diferenciar-se mais à frente.

sobreposição a esses caracteres transferenciais, possibilitando, segundo P1, tanto a sustentação de uma transferência por outros membros do Coletivo, mesmo em casos de não rotatividade, quanto à escolha por um, dois ou até três analistas. É mister indicar, ademais, a possibilidade de que o discurso apresentado pelo analisando apresente variações, por exemplo de demanda, perante diferentes analistas sem que se perca o manejo transferencial. Tal experiência corrobora a ideia de que a estratégia transferencial tem o poder de criar a demanda endereçada ao analista.

A transferência se estabelece a partir de um significante qualquer que não pode ser capturado pelo analista, né. Cada sujeito que é... atendido na praça tem transferência com coisas diferentes. Muitos com o posicionamento político que eles imaginam que sustenta nossa prática. Outros só com as mulheres, outros só com homens, outros por algumas pessoas e não por outras depois de passar, enfim. É muito interessante ver como a transferência ela se estabelece (...). (P3)

P3 pontua a pluralidade das possíveis morfologias do fenômeno transferencial e destaca que, na experiência do coletivo, muitas vezes a transferência se dá para com o grupo devido a um certo posicionamento político que o analisando imputa ao coletivo – conotando um brinquedo imaginário que precede a entrada à transferência simbólica, motor da análise. Em consequência, é crucial conotar a transferência dentre suas vicissitudes grupais e individuais.

Segundo Lacan (1998, p. 224), a transferência “não é nada de real no sujeito senão o aparecimento, num momento de estagnação da dialética analítica, dos modos permanentes pelos quais ele constitui seus ‘objetos’”. Afirmá-la como uma espécie da estagnação da dialética nada significa senão alocá-la como uma forma de resistência inerente ao *setting* analítico. Trata-se aqui de uma resistência constitutiva, crucial e, inclusive, causadora do próprio andar do processo. Resumidamente, trata-se do momento em que o analisando está prestes a asserir uma certeza, dizer algo que lhe põe em um certo lugar conferido a ele, mas perante a presença do analista, um sujeito que supostamente sabe o que se passa, essa certeza (dialética) se estagna, abrindo espaço ao questionamento e à reconsideração do que antes parecia certo.

É crucial pontuar, aqui, a presença do SSS. Diz-se que se trata de um “sujeito mítico”, uma vez que não sabe de fato qual a verdade do analisando que lhe fala: todo seu saber se aloca na capacidade de gerir esse mesmo processo de observar as estagnações, os momentos em que as certezas vacilam e pontuá-los, questioná-los. Por essa razão, representa um não-lugar, um lugar de impossibilidade, já que não diz ou sequer pode dizer do inconsciente – definido exatamente como um saber que não-se-sabe (Lacan, 2006) – do analisando, realizando apenas a condução do processo analítico.

Assim, estagnação faz referência a esses modos pelos quais o analisando se põe perante o próprio desejo como desejo do Outro e do desejo do analista. Aqui, a psicanálise ensina sobre a impossibilidade de apartar-se do Outro como linguagem. Ou seja, sobre a impossibilidade de não haver um espaço preexistente ao vivente que não esteja tomado pelo Outro (linguagem) enquanto possibilidade de tudo representar no sujeito. Para que esse Outro possa ser sulcado em sua versão totalitária, por vezes tirânica, é necessário que a presença de algum movimento possibilite instaurar o desejo para além dos limites do Outro. Assim, a função do analista é permitir o advento do Outro enquanto desejo (possibilidade de furo), deslocando-o de sua condição de tudo saber. Perante um analista que não responde diretamente sobre seu inconsciente, o sujeito realiza tentativas, às suas *maneiras* – e essas maneiras, apresentadas necessariamente pelo analisando, são o que constituem a própria transferência em jogo – de articular seus significantes a partir da resignificação possibilitada pela interferência do analista, causando o desejo do analisando. O desejo do analista, então, não responde de fato à sua alocação no lugar do Outro, uma vez que não incide de forma totalitária, de forma pedagógica ou prescritiva sobre o inconsciente do analisando, mas no lugar opera um saber, uma técnica, voltada à tática (tal particularidade será pormenorizada à frente), ao movimento de realizar as interpretações, escansões e pontuações que permitam ao analisando produzir a *sua verdade*.

Trata-se de uma tentativa de asserção sobre si baseada em um laço com o(s) outro(s) sujeito(s) ao(s) qual(is) se imputa certo pensamento de forma que alguma configuração se torna possível, mas não certa: No instante em que te olho, com suas características aparentes, disposição a atender de graça e suas publicações de certo posicionamento político, concluo que sou x, demando, digo e ajo de tal forma a fim de lhe tomar o desejo, de lhe tomar como objeto do meu desejo; de responder-lhe e obter o meu desejo de ti.

Daí na fala de P1, exposta abaixo, a notação de que a transferência – tanto a maneira de fala quanto os tópicos centrais – se articulam em relação, também, ao próprio analista, tratando-se de um conceito que alude ao sistema eu-outro (Lacan, 1996). Como segue:

Já tive pacientes que sei lá, por exemplo, comigo vão falar da filha, que tem mais ou menos a minha idade, 1000 questões com a filha! Mas aí troca a analista, uma mais velha, mais ou menos da idade dela, ela vai falar com a angústia em questão à morte, de não ter mais a mesma energia que antes... se... e a gente vai vendo que dava liga fazer isso. (P1)

Faz-se necessário reforçar que, pela ótica transferencial, não se configura aqui alguma espécie de falsidade, enganação ou deturpação ao processo analítico, visto tratar-se de um mesmo sujeito, porém frente a um outro que se apresenta de outra forma. A pluralidade de analista gera, por essa via, cadeias significantes diferentes, não obstante a questão que decifra permanece referente à inscrição do próprio desejo como desejo do Outro. Sustenta-se, assim, tanto a transferência grupal, como a individual e a mista sem que haja qualquer perda em referência à potência do *setting* analítico. O que passa ao primeiro plano parece tratar-se mais do laço social do que o arbítrio do estabelecimento de um *setting standard*.

Destarte, sustentada em uma lógica transferencial e, para tanto, no desejo do analista como desejo de conduzir a análise, e não o analisando, pela ocupação – dada pela via da não ocupação – do papel de SSS, o *setting* e o processo analítico não perdem a potência em seus laços pelo caráter rotativo. Todavia, é necessário discutir, também, como se dão os processos gerais de resistência na experiência da Clínica Aberta de Psicanálise na Praça Roosevelt.

Na reunião já vimos neuróticos mudando de analista por resistência, e essa rotação se torna iatrogênica, (...) E a gente, por exemplo, concorda que no próximo atendimento alguém vai dizer para pessoa parar de rodar e escolher o analista. Já aconteceu da pessoa dizer não. E rodou. (P4)

Como observado nas falas de P4 há uma resistência caracterizada pelo Coletivo em seu sentido freudiano, como algo pertencente ao analisando, ao passo que atua de maneira iatrogênica à análise e até mesmo para que o processo não se inicie, como proteção do inconsciente (Freud, 1893-1895/1996a).

“E a clínica particular não tem resistência? Há muita resistência também. A resistência ela está muito do lado do analista também, eu acho que o *setting* em si ele funciona bem” (P5). Outrossim, P5 posiciona que a resistência não configura um processo exclusivo do modelo psicanalítico na Praça, mas sim da própria psicanálise e que pode ser colocado a serviço do processo analítico.

Ainda, P4 e P2 expõem a estratégia que o Coletivo adota perante situações em que a rotatividade aparenta ter aparecido com função principal de resistência: convida-se o analisando a escolher um analista, no entanto, caso haja uma negação por sua parte, permite-se a manutenção do atendimento rotativo. Ademais, P2 pontua um aspecto estrutural que pode se manifestar durante esse processo. Em sua fala cita a possibilidade de se discutir uma psicose perante um indivíduo para o qual é indiferente a figura para com quem fala, dada as falhas em estabelecer uma fixidez ao Outro.

As estratégias do Coletivo atentam-se, também, à resistência possível por parte do analista (Lacan, 1998). A resistência do analista é, ainda, um processo no qual o analista trunca a cadeia significativa do sujeito, resistindo à sua *maneira* de construção transferencial. Ao passo que se demonstram atentos à possibilidade de que se tome a rotatividade como apetrecho da resistência e como significante analítico em suas discussões, como coletivo não perdem o sujeito de vista. Continua-se considerando até mesmo suas resistências como parte de sua dialética e, assim, mantém o sujeito como protagonista.

Em tal ensejo cabe pensar, sob essa ótica transferencial, a questão do tempo na Clínica Aberta de Psicanálise na Praça Roosevelt.

“Hoje em dia é na hora de chegada, o atendimento pode ser longo ou curto, a maioria é lacaniano, então o tempo é lógico! Mas ninguém olha para o relógio. Atendemos a partir da própria escuta assim” (P1). O tempo será tomado, em conjunto à fala de P1, pela ótica lacaniana. Para Lacan o tempo não deve ser tratado segundo um referencial delimitado externamente – pelo relógio – mas sim pelos próprios processos lógicos em questão na análise.

Em seu ensino, a despeito do tempo lógico, Lacan demonstra como o tempo possui funções centrais nos processos de asserção da certeza e do juízo sobre si supramencionados. Dar-se-ia tal conexão uma vez que para falar de si, o sujeito imputa saberes e pensamentos ao(s) outro(s) sujeitos – perante seu efeito linguístico – em cena. Da seguinte forma: “pauso minha fala por que você fez uma careta esquisita, eu estou errado” ou então “algum outro sorri enquanto falo, eu estou seguro”. Há uma relação temporal que se dá pela conexão lógica que se dá por esse tipo de suposição.

Esse é o contexto em que se desenvolve a relação temporal. Como dito acima, o analista é capaz de reger o processo analítico através de suas pontuações ao lidar, articular e até mesmo criar – apenas através de pontuações, nunca por prescrições ou respostas – esses momentos de estagnação. A relação temporal se dá na linguagem, conotando a relação entre as asserções, ou tempos da fala. A isso Lacan chama de “moções dialéticas”:

(...) o curso deve ser seguido segundo as leis de uma gravitação que lhe é própria e que se chama verdade. É esse, com efeito, o nome do movimento ideal que o discurso introduz na realidade. Em síntese, a psicanálise é uma experiência dialética, e essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência. (Lacan, 1998, p. 215)

Mas afinal, o que Lacan quer dizer a respeito da verdade?

(...) a verdade é articulada nesse caso a um modo de representação que confere seu estilo a esta palavra, ‘psicanálise’, e torna seu emprego [em sentido de sua teoria estrutural] secundário. (...) é alguma coisa escondida na natureza, e que depois sai com a mesma naturalidade, sai do poço. Isso *sai* não é o bastante, *isso diz*. Diz coisas e, geralmente, coisas que não esperávamos. (Lacan, 2006, pp. 23-24)

O primeiro recorte acima é retirado de *Intervenções Sobre a Transferência* de seus *Escritos* (Lacan, 1998). Nele, Lacan reforça que o curso da análise deve seguir uma gravitação própria que não apenas se vincula à verdade, mas é a própria. Essa gravitação tudo tem a ver, como exposto, à transferência, visto que a busca pela verdade – do analisando – se encontra na formulação das questões transferenciais.

Já no recorte seguinte, retirado de *Meu Ensino* (Lacan, 2006), a verdade é articulada como um modo de representação que tanto dá sentido à psicanálise, como torna seu emprego – de sua teoria, digamos, estrutural – secundário. Assim, o que há de primário no processo analítico advém da experiência em questão, logo do próprio analisando e da cartografia do desvelar de seu desejo. Com o tempo não haveria de ser diferente. A aposta no tempo lógico realizada pelo Coletivo se dá em nome do que uma análise possibilita.

Tendo em mente os fatores discutidos até aqui, apresenta-se agora uma potencialidade encontrada no modelo de clínica aberta em praça pelo Coletivo: a pulverização da transferência persecutória.

Na psicose, em alguns casos, esse Grande Outro toma consistência. Torna-se uma coisa meio persecutória. A pessoa tem um analista fora da praça, a pessoa sabe, a gente sabe e o manejo é esse mesmo. A gente dá esse apoio. A pessoa segue em análise nos dois lugares. Justamente por essa questão de não ter uma única pessoa que sabe de mais sobre ela. Na neurose isso jamais funcionaria. Mas na psicose isso tem uma função importante. (P2)

A característica persecutória da transferência psicótica se dá devido a uma condensação da sua relação particular frente à figura do Grande Outro. “Para o psicótico uma relação amorosa é possível abolindo-o como sujeito, enquanto ela admite uma heterogeneidade radical do Outro” (Lacan, 1988, p. 287). “Ao mesmo tempo que não o posiciona frente a um discurso transferencial ‘fixo’, o psicótico pode conferir ao Outro o *status* de uma figura de estatuto absoluto ao mesmo; um sujeito que conhece demais, sabe demais e quer destruí-lo/possuí-lo” (Lacan, 1988).

Tranquilamente. Temos dois pacientes com esse perfil assim de tratamento e a gente observa que em ambos os casos a Praça trata mais de um aplacamento da angústia (...) e isso corrobora, de alguma forma, com essa organização desse paciente. E... nesses casos, nos dois casos, a psicanalista dos pacientes está de acordo também que eles continuem indo à Praça quando quiser. (...) Mas não discutimos o caso com o analista. Para também não se tornar uma questão muito superegoica. (...) Eles sentem certa diminuição da angústia quando é possível fazer laços diversos, como nos CAPS, nos serviços públicos. (P5)

P2 e P5 relatam a existência de casos com essas características. Em ambos, a praça atua visando oferecer um outro espaço de fala, a fim de realizar um alívio aos caracteres de angústia vinculados ao caráter persecutório que a transferência pode assumir perante o sujeito psicótico, construindo, assim, o supracitado aplacamento da angústia. É mister destacar que o analisando continua a realizar tratamento com analistas fixos (não é especificado se em clínica particular ou através de serviços públicos). Para mais, é interessante reparar que o fenômeno da pulverização da transferência persecutória é comparado com a atuação pelo CAPS ou outros serviços públicos que ofereçam a possibilidade dialética da construção de múltiplos laços.

“*Aí a gente... concluiu que jamais a gente deveria chamar (a analista fixa em questão) porque seria um absurdo! Realmente contra aquilo que o paciente estava querendo fazer, que era não dar consistência a esse grande Outro*” (P2). Recomenda-se ao analisando, durante o processo, que o seu analista fixo saiba dos encontros realizados na Praça Roosevelt, contudo jamais se discute o caso em qualquer um de seus aspectos a fim refrear possíveis persecutoriedades. Destaca-se que os dois casos seguem em acompanhamento há dois anos e ambos atuam dentro da rotatividade, uma vez que é pela via da transferência com e diluída no Coletivo que o processo de pulverização se desenrola.

Para mais, nota-se que o trabalho com a articulação resistência-rotatividade foi crucial ao desenvolvimento dessa tática, já que através da discussão em coletivo concluía-se, até então, a rotatividade como um possível suporte à transferência do psicótico ao invés de simplesmente uma forma de resistência iatrogênica.

A Psicanálise e o psicanalista no Coletivo.

“Acho que o desejo do analista fica muito sendo a mola que sustenta esse Coletivo. É muito difícil... reuniões até meia noite! (...) O desejo do analista está aí” (P1). O conceito de coletivo já evoca a ideia paradoxal de que se preserve a dimensão singular do sujeito dentro de uma organização geral, não o submetendo a um “saber que lhe ordena” (Geoffroy & Alberti, 2015). De acordo com Coaracy (2017), o coletivo, então, é marcado não como uma massa, mas por sua função desejante ao encontro analítico e à realização da experiência na praça. Destaca-se, então, como se deu a formação específica do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt através do processo de *intervisão*.

“Não é supervisão porque não tem supervisor. Nós temos psicanalistas muito faixa preta assim, no Coletivo, mas eles não são supervisores. Tipo a Maria Rita Kehl. Ninguém a coloca como supervisora, mas é um luxo ter a visão dela sim” (P4). Assim, o trabalho, desenvolvimento e discussões técnicas e de casos ocorrem de forma semelhante à análise: pela via do não-saber e apoiado na transferência. Afirmar que opera pela via do não-saber faz referência não apenas ao encontro cadeira-a-cadeira com o analisando, mas também ao espaço no qual se debatem os casos e aspectos técnicos. É por essa via que se possibilita tanto a atuação coletiva perante a transferência, discutida há pouco, quanto a criação e adaptação de novas formas de *setting* que melhor atuem perante a realidade da experiência em questão; nesse caso, os atendimentos na Praça Roosevelt.

Logo, a operação pela via do não-saber atua também ao se prescindir, nas discussões de um coletivo, qualquer verticalização de conhecimento, mesmo na presença de analistas mais experientes ou até mesmo renomados. É preservada a singularidade e a fala de todos os analistas membros – não subjugados ao saber do analista mais velho ou renomado – oferecendo centralidade à experiência advinda do contato com a praça.

Tendo em vista o estatuto desse poder da transferência e retomando as considerações de Lacan sobre os graus de liberdade entre política, estratégia e tática, pode-se afirmar também que até a transferência estar bem consolidada o psicanalista permanece com pouca liberdade tática. (...) Considerando a tática, no sentido definido por Clausewitz, a ordenação e direção de cada encontro, de cada situação de combate no campo de batalha, diria então que sem a estratégia do manejo transferencial, construída com base na hipótese diagnóstica, vamos para o combate como cegos no meio de um tiroteio. (Checchia, 2012, p. 165)

Checchia (2012) investiga com maior aprofundamento esse funcionamento do Coletivo como *devir* psicanalítico. Para ele, a atuação do psicanalista deve ser conotada em sua característica tática e subjugada à estratégia apresentada pelo analisando. Trata-se de afirmar, simplesmente, que as técnicas psicanalíticas (tratadas aqui como táticas) não oferecem qualquer acesso ao encontro analítico que não esteja situado na transferência, conotada como estratégia em sua característica de *sempre* partir do analisando.

O desenvolvimento autônomo mostrado pelo Coletivo ao propor e desenvolver novas formas de se fazer psicanálise – mesmo ao fazer alterações na fórmula da rotatividade – não se dá sem que se mantenha em vista essa mesma prerrogativa. Considera-se, então, que ao atuar como tal, e não como massa, apoia-se em uma política do não-saber ao passo que não se assume conhecimento determinista e não se anulam falas e experiências perante a realidade do atendimento na praça. Assim, mantém-se o protagonismo nas estratégias de movimentação demonstradas pelo território, seu fluxo, seus sujeitos e sua população e apenas perante tais estratégias desenvolvem-se táticas – técnicas – em formato de aposta, como se deu com a rotatividade e até mesmo com a pulverização da transferência persecutória.

A aposta política do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.

A seguir são discutidos aspectos políticos referentes à atuação do Coletivo. Para tanto, são considerados os aspectos de participação da psicanálise e do psicanalista - como profissional da saúde, sujeito desejante e até mesmo político – às redes de atendimento oferecidos para a população brasileira e as implicações das táticas do fazer analítico na Praça.

Com esse objetivo, é necessário primeiro compreender como a política aparece perante o desejo dos analistas presentes no Coletivo:

Nosso Coletivo tem uma aposta política. Nosso chão é político. A gente está na política da psicanálise, orientada pela questão do desejo, mas tem na questão da ocupação do espaço público, por isso escolhemos uma praça e não um espaço fechado! (...) A gente atender a todos, o rico e o pobre, não pagando é o que faz com que seja um trabalho político, não é só isso, mas assim, isso equaliza. Não é um trabalho de caridade, filantropia que atende só o pobre. A gente atende quem chega. Nós somos abertamente um grupo de esquerda! Isso aí seria o olhar da transferência muito imaginária, sabe? (P1)

Percebe-se que um aspecto marcante da política que orienta tal trabalho na Praça – assim como do psicanalista em geral – é o desejo como conceito estrutural da teoria, ou técnica, psicanalítica. Não obstante, fizeram-se presentes também, na construção deste trabalho, aspectos de um chão político externo ao da psicanálise. P1 traz, nesse contexto, tanto a questão da ocupação do espaço público – gerando um aspecto subversivo às políticas vigentes – quanto o Coletivo como “abertamente um grupo de esquerda”.

Com tal afirmação, no entanto, o entrevistado não se refere à política vigente durante a operação dos processos analíticos ou de intervenção, mas sim ao posicionamento acadêmico, político e até público dos seus membros. Reforça-se a presença de uma outra política em sua atuação devido à contradição suscitada por P1, ao afirmar ser, além de um Coletivo – ou seja, marcado pela liberdade individual de seus membros – um grupo de esquerda que não pretende praticar filantropia e, portanto, não foca seu atendimento em um público.

Destaca-se que o pensamento filantrópico é especialmente representado como danoso ao *setting* analítico, uma vez que pode

suscitar construções transferenciais que se pareçam com uma obrigação ou mesmo com a dinâmica neoliberal de perda/ganho de tempo em relação à perda/ganho de dinheiro. (...) Comparariam (caso se agarrassem à filantropia) como o criticável meio de apaziguar os conflitos de classe da sociedade e, porventura, a consciência burguesa do psicanalista. (Marino et al., 2018, p. 3)

Com isso em vista, a rejeição do plano da caridade está relacionada, na obra de Lacan, à fuga de um *fazer o bem* e, portanto, a um posicionamento de superioridade no qual se dispõe de poder e saber sobre o que é bem para um outro (Lacan, 2006, Marino et al., 2018). Assim, apesar de realizar o ato de desmonetização e possuir membros com um chão político considerado de esquerda sustenta sua posição simbólica calcada em uma política do não-saber.

O objetivo, então, dessa pluralização, ou equalização, como colocado por P1, de público, foi evitar que se colocasse em continuidade duas políticas que são contraditórias, desviando de uma inconsistência teórica. Pelo viés filantrópico (que seria representado pelo foco em atender, por exemplo, a uma demanda de um público específico, por exemplo, os desfavorecidos economicamente) entrar-se-ia em lugar de uma *política do saber-a-ser-passado*. Em contrariedade à teoria psicanalítica, e ao próprio posicionamento simbólico pelo viés da política do não-saber, a palavra seria tomada pelos psicanalistas na Praça em um sentido de “*eu sei quem precisa de nós e sei o que é o melhor para vocês; posso salvá-los! Venham cá e tome suas prescrições*”.

Tendo em vista, então, esse cuidado no alinhamento do posicionamento teórico com o posicionamento político ao não se encaixar como política pública, cabe indagar: O que caracteriza, frente às questões políticas, a atuação do Coletivo?

Não somos o SUS nem o SUAS, não partimos do Estado, nem somos caridade, filantropia ou doação. A gente, digamos assim, faz alusão à própria noção de extraterritorialidade da psicanálise. Esse território um pouco suspenso que a psicanálise sempre se preocupou, inclusive como discurso; pode ser que isso possa ser verificado na gente também (...). (P4)

P4 parte da afirmação de que não fazem parte das redes públicas estatais, não partem ou respondem a fins estatais, assim como não se posicionam como forma de atuação filantrópica. No artigo *Uma Experiência de Clínica Aberta de Psicanálise* (Marino et al., 2018), publicado por alguns de seus membros, afirmam que um coletivo de Psicanálise não vem para substituir ou sequer pretende preencher lacunas do Estado ou a defasagem de políticas públicas. Não responde a demandas, no sentido institucional do termo.

Aqui urge, ainda, algumas questões referentes à desmonetização do processo analítico e como se dá no coletivo tanto em comparação com a presença do analista em instituições de políticas públicas quanto em sua forma de distanciamento à danosa atuação filantrópica. Ao pensar a desmonetização nesse processo, suscita-se a indagação: se o tema em questão não faz referência à caridade/filantropia, onde se localizam os ganhos à psicanálise e ao psicanalista frente à desmonetização do processo?

“*Acho que o desejo do analista fica muito sendo a mola que sustenta esse Coletivo. (...) Não caímos nem na caridade, nem na filantropia e nem na monetização, não cobramos. O desejo do analista está aí (P1)*” e ainda, “*you ganha pelo desejo de atender, de fazer essa formação, de estar lá segundo vocações políticas e éticas. Os ganhos são por aí*” (P4).

Discorreu-se, neste artigo, sobre os aspectos referentes ao desejo do analista. Aqui é necessário resgatar sua função na construção de um saber que orienta um processo, sem inculir a imposição ao analisado de uma verdade que não parta do seu próprio discurso – atuação pelo eixo transferencial. Ao alegar que o desejo do analista sustenta a atuação do Coletivo, realiza-se a vinculação dentre os indivíduos que o constituem e a política do não-saber que o sustenta. Em relação à própria construção das táticas empenhadas na Praça, então, assume-se, pela via de um posicionamento que, mesmo classificado como de orientação política de esquerda, não opera por um ato de injunção, não parte do pressuposto de que já possui as respostas referentes ao território que pretende ocupar e de seus transeuntes. Trata-se de um estar ali por querer e não por alguma responsabilidade inculida pelo papel de analista ou até mesmo de membro de certa Sociedade ou Escola de Psicanálise.

Psicanálise e Políticas Públicas.

Tem psicanalista em tudo quanto é dispositivo. O Brasil tem o poder, a presença, né, do psicanalista na rede pública... talvez seja de uma forma rica essa presença, um dos mais presentes. Óbvio que não somos hegemonia, não é possível, estamos em um sistema capitalista com enfoque biológico-centrista, né. Cognitivo... Estamos em um lugar, num mundo, que funciona no casamento entre a ciência e o capital. O Lacan que diz isso, na década de 70! Estamos em 2019 e a coisa ficou um pouco mais asseada. Não é só o capital e a ciência, é também a Universidade e a empresa. Essa coisa bem promíscua mesmo, de construção de capital, hegemonia, oligopólio de capital! Anda tudo junto. (P4)

A fim de melhor pensar essa relação, é necessário contextualizar a clínica psicanalítica dentro do campo das políticas públicas brasileiras de saúde. Coaracy (2017) tece considerações a respeito da interação entre a *psicanálise* e o modelo de *clínica ampliada*, aplicado desde a Reforma Sanitária. Trata-se do modelo de atendimento em que se embasa a atuação na área de saúde em nível de política pública. Oferta-se ao paciente a atenção integrada (multiprofissional), o discurso imperativo da inclusão e que visa certos objetivos, tais como a promoção de saúde e o atendimento das demandas apresentadas. Mantém-se uma linha imaginária (pela nomeação, pela ordem, pela pedagogização e pela via da prescrição) a fim de se obter os resultados supracitados e de posicionar o indivíduo como incluído e inclusivo socialmente.

Afinal, ao se negligenciar a noção de sujeito do inconsciente, este que não pode ser previamente cingido em atributos ou significantes, exclui-se um ensejo de responsabilização implicado enquanto efeito da singularidade. (...) Isso nos parece um prejuízo em termos políticos e clínicos. (...) Como concebê-lo (o paciente) com a premissa de ser autônomo e, ao mesmo tempo, instigá-lo a reconhecer-se em um discurso do qual ele não é, em primeira instância o produtor, mas o reproduzido? (Coaracy, 2017, pp. 110-111)

Por essa via, o autor questiona o posicionamento da psicanálise e de seu potencial de resgate da singularidade em um sistema no qual toda ação clínica se dá pelo retrocesso ao processo *sugestivo*. Grifo que aqui não se questiona, em si, a própria existência da psicanálise extramuros como dispositivo político-social de fato necessário, mas sim a forma com que a psicanálise se põe perante as políticas públicas e a hierarquização perante o discurso médico na equipe multiprofissional.

Como se manteria esse potencial simbólico-subversivo no qual a proposta é inscrever um desejo, uma verdade, um discurso próprio do sujeito, de suma importância, também, para que o indivíduo seja potente à temática de uma participação? O dispositivo articulado pelo Coletivo vem em resposta exatamente ao resgate dessa potencialidade, sendo realizado sem que se perca de vista esse elemento absolutamente central de seu fazer que é a política-do-não-saber.

A psicanálise é de fato uma forma, ainda, de resistência, ainda diferente da hegemônica. De uma forma muito rica ela se multiplica pelo serviço público no país desde a década de 90, produções teóricas e testemunhos da psicanálise nesse espaço, que também estão na rua, sob o céu. (P4)

Em momento algum se anula, como observado no recorte acima, o fazer psicanalítico na instituição de política pública como ferramenta potente à promoção de saúde. Não obstante, para a psicanálise o retorno ao modelo de sugestão – inerente à construção das políticas públicas de saúde – representa essa possível perda de alguma capacidade subversiva. Poder este que reside em sua potencialidade discursiva e em sua consideração da singularidade do sujeito como sujeito simbólico e desejante.

Assim, encontra-se na possibilidade de coletivos de psicanálise um modelo outro que não pretende subverter ou anular a psicanálise em suas potencialidades como política pública, mas apenas somar. Somar através da criação de espaços extramuros que, ao não responderem perante as lógicas das demandas estatais, não se veem, por exemplo, sob o controle de relações hierárquicas, seja com a equipe, seja com a relação tempo-demanda.

Politicamente as clínicas abertas são potentes ao ato de recuperar o protagonismo do sujeito, de seus tempos lógicos e de seus dizeres ao passo que oferece a possibilidade de que se retire do local de protagonismo o modelo sugestivo.

Considerações Finais

Em relação ao funcionamento do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, não há qualquer indício técnico-teórico de que seu modelo desvie do objetivo de realizar análises em território aberto – na Praça Roosevelt. Tanto a desmonetização quanto a rotatividade e o espaço não apresentam quebras ou descon siderações perante a possibilidade ao manejo de vínculos transferenciais,

seja com o Coletivo ou com um ou mais analistas. Pelo contrário, esbanja-se uma grande potencialidade principalmente em referência aos casos de psicose, atingindo, até mesmo, a pulverização de fenômenos persecutórios pela rotatividade.

Não há como destacar suficientemente a necessidade da intervisão, além das sessões realizadas na praça, uma vez que ao serem realizadas pelo modelo da política do não-saber – não verticalização, no caso das discussões – colocam a experiência em questão no lugar de protagonismo, permitindo o desenvolvimento de fazeres genuinamente psicanalíticos.

Como política, o Coletivo não se pretende parte das políticas públicas – logo não responde às noções estatais – ou como ação filantrópica, uma vez que não dirige sua atuação para certo público ao qual, supostamente, possui respostas; não adota um posicionamento pedagógico ou acredita na falácia de que sabe a respeito do inconsciente de seu analisando. Por fim, representam uma outra potencialidade do fazer analítico, ao passo que reafirma a atuação subversiva do analista ao oferecer um dispositivo que vai ao encontro com tal tarefa.

Referências

- Ab'Sáber, T. A. M. (2019). A Clínica Aberta, o analista no grupo e suas transferências. In B. F. Emerick & R. S. Onocko-Campos (Orgs.), *Saúde e loucura 10, Tessituras da clínica: itinerários da reforma psiquiátrica* (pp. 79-90). Hucitec Editora.
- Aguiar, F. (2016). Psicanálise e psicoterapia: O fator da sugestão no “Tratamento Psíquico”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46(1), 116-129. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004102015>
- Checchia, M. A. (2012). *Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. USP: Biblioteca Digital USP. Link
- Coaracy Neto, A. R. (2017). *A participação social como diretriz estratégica do SUS: A psicanálise operando em lógicas coletivas na saúde* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. PUC-SP: Repositório PUCSP. Link
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e justiça social*. Perspectiva.
- Eidelsztein, A. (2018). La sustitución de la transferencia de Freud por el Sujeto Supuesto Saber de Lacan, su concepto más desconocido. *El Rey Está Desnudo*, 12(14), 7-20. Link
- Fink, B. (2007). *Fundamentos da técnica psicanalítica: Uma abordagem lacaniana para praticantes*. Blucher/Karnac.
- Freud, S. (1996a). Fragmento da análise de um caso de histeria. In J. Strachey (Org.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. VII). Imago. (Originalmente publicado em 1893-1895)
- Freud, S. (1996b). Sobre a psicoterapia. In J. Strachey (Org.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol VII). Imago. (Originalmente publicada em 1905)
- Freud, S. (1996c). O homem dos ratos. In J. Strachey (Org.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol X). Imago. (Originalmente publicado em 1909)
- Freud, S. (1996d). A dinâmica da transferência. In J. Strachey (Org.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol XII). Imago. (Originalmente publicado em 1912)
- Freud, S. (1996e). A história do movimento psicanalítico. In J. Strachey (Org.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Imago. (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (1996f). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In J. Strachey (Org.), *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol XVI). Imago. (Originalmente publicado em 1917)
- Geoffroy, R. M. G., & Alberti, S. (2015). Contribuições de Jean Oury para verificar uma possível emergência do sujeito na escola. *Estilos Clínicos*, 20(2), 246-264. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v20i2p246-264

- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 3: As psicoses (1955-1956)*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1996). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Jorge Zahar. (Originalmente publicada em 1966)
- Lacan, J. (2006). *Meu Ensino*. Zahar. (Originalmente publicado em 1969)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise (1959-1960)*. Zahar.
- Marino, A. S., Coaracy Neto, A. R., & Oliveira, T. (4 de junho de 2018). Uma experiência de clínica aberta de psicanálise. *Lacuna: Uma revista de psicanálise*, (5), 4. Link
- Marino, A. S., & Coaracy Neto, A. R. (2019). Psicanálise na Praça Roosevelt: Uma experiência clínico-política em um espaço público. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 12, 352-367. Link
- Turato, E. R. (2008). Tratando e discutindo os dados para a contribuição do pesquisador ao repensar do conhecimento científico. In E. R. Turato, *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórica-epistemológica discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas* (Vol. 1, pp. 437-521). Vozes.
- Zimmerman, D. E. (2006). *Fundamentos psicanalíticos: Teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática*. Artmed.

Como citar:

Rocha, T. H. R., & Santos, Y. L. (2022). Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt: Um Contexto de Psicanálise Extramuros. *Revista Subjetividades*, 22(2), e12117. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i2.e12117>

Endereço para correspondência

Tiago Humberto Rodrigues Rocha
E-mail: tiago.rocha@uftm.edu.br

Yan Lázaro Santos
E-mail: yanlazarosantos@gmail.com

Recebido em: 22/01/2021
Revisado em: 16/05/2021
Aceito em: 29/06/2021
Publicado online: 10/08/2022